

**Requerimento de Informação nº      de 2011**  
**(Das Sras. Marinha Raupp, Dalva Figueiredo e outros)**

Solicitam informação a Excelentíssima Senhora Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior sobre o benefício da Assistência a Saúde para os Servidores Públicos e Policiais Militares dos extintos Territórios do Acre, Amapá, Roraima e Rondônia.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 50, parágrafo 2º, da Constituição Federal, e nos artigos 115 e 116, do Regimento Interno, solicitamos a Vossa Excelência seja encaminhado a Excelentíssima Senhora Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, o seguinte pedido de informação acerca do benefício da assistência a saúde para os Servidores e Policiais Militares dos extintos Territórios Federais do Amapá, Rondônia e Roraima.

1. Os servidores públicos dos ex-territórios estão vinculados a qual Ministério?
2. Por que não estão sendo cumpridas as Portarias nºs 2.959/2008 e 03/2009?

3. Qual o resultado da averiguação para que as SAMFs realizem as licitações para os planos de saúde civil e militar?
4. O que impede a contratação da GEAP para atender aos servidores dos ex-territórios que são ligados à Fazenda e ao Planejamento?
5. Por que não se tem respostas definitivas às questões e problemas do funcionalismo dos ex-territórios, considerando o que estabelece o art. 31 da Emenda à Constituição nº 19/98, que estabelece a igualdade de direitos?
6. Qual o dispositivo legal que impede que os servidores dos ex-territórios sejam contemplados com planos de saúde?
7. Qual o Ministério competente para implantar o Plano de Saúde dos servidores dos ex-territórios?
8. Os Ministérios do Planejamento e da Fazenda são patrocinados e/ou instituidores da GEAP?
9. Por que o Ministério do Planejamento não cria a rubrica para fazer o ressarcimento per capita aos servidores que têm planos particulares de saúde?
10. O Ministério do Planejamento tem convênio com a GEAP há anos e vem sendo renovado sempre que expira o prazo de validade do convênio. Por que na revalidação do convênio, ano a ano, não inclui entre os assistidos, além dos seus servidores, aqueles oriundos dos extintos Territórios do Amapá, Rondônia e Roraima, cuja farta legislação prevê os direitos e vantagens? Citamos a legislação: Emenda Constitucional nº 19/98, EC 38/2002, artigo 230, da Lei nº 8.112/90, Decreto nº 4.978/ 2004 e Decreto nº 7.063/2010.

### **Justificativa**

Os servidores e os policiais militares dos extintos territórios do Amapá, Rondônia e Roraima encontram-se desassistidos do seu direito a assistência à saúde, benefício esse concedido a todos os servidores federais.

Esse direito está assegurado no artigo 31, da Emenda Constitucional nº 19/98 quando estabelece que os servidores e policiais militares constituirão quadro em extinção da administração federal com todos os direitos e vantagens. Também para os servidores há previsão da assistência a saúde no artigo 230, da Lei nº 8.112/90 e Decreto nº 4.978/2004. Apesar de todo o conjunto de dispositivos que asseguram o direito aos servidores e policiais militares, eles estão à margem de uma assistência médica adequada, mediante atendimento por um plano de saúde. Varias audiências já foram realizadas, inclusive audiência pública na Câmara dos Deputados e nenhuma providência de ordem prática foi adotada no sentido de cumprir o que estabelece a Lei.

Esses servidores públicos e policiais militares têm o mesmo direito dos demais servidores federais que estão resguardados por convênios médicos em seus órgãos, a maioria atendidos pela GEAP, apesar de todas as decisões em contrário.

Convém assinalar que no Decreto nº 7.063/2010, no artigo 35, inciso XII, parágrafo primeiro, consta que as competências da Secretaria de Recursos Humanos abrangem também os servidores e policiais militares dos extintos Territórios do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima e também do antigo Distrito Federal.

Diante disso, conclui-se que eles detêm um grau de subordinação ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, principalmente em razão da sucessão de responsabilidade repassada desde a época em que o Ministério do Interior administrava as questões dos servidores daquelas antigas Autarquias Federais, que eram os Territórios Federais.

Como ainda suscitam dúvidas sobre as questões relativas aos direitos dessa parcela de servidores da união, faz-se necessário um pronunciamento formal desse Ministério, visando elucidar a questão da assistência a saúde.

Por esses motivos, solicitamos sejam prestadas as informações acima elencadas.

Sala das Sessões, em            de            de 2011

Deputada **MARINHA RAUPP**

Deputada **DALVA FIGUEIREDO**

Deputado **SEBASTIÃO BALA ROCHA**